

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 527.433 - RJ (2019/0242232-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARCIO CLEUDO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

MARIO CLEUDO DA SILVA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, que denegou o HC n. 0059329-33.2019.8.19.0001.

A defesa busca, em liminar e no mérito, a expedição do andamento processual e do contramandado de prisão, ante o risco de injusto cumprimento de pena pelo paciente, depois de operada a prescrição da pretensão executória estatal.

Deferida a liminar (fls. 70-72) e prestadas as informações (fls. 99-131), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 133-137), que opinou pela denegação da ordem.

Decido.

Depreende-se dos autos que o insurgente foi condenado, em 10/1/2014 (fls. 19-25), à pena de 3 meses de detenção, em regime aberto, pela prática do delito previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal, na forma da Lei n. 11.340/2006.

Em 14/8/2018, o Juízo das execuções declarou extinta a punibilidade do apenado, tendo em vista o transcurso do prazo superior a três anos entre a data do trânsito em julgado para a acusação e aquela data (fls. 28-30). A decisão foi confirmada no despacho de fls. 47-50.

O Ministério Público estadual agravou da decisão e o

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal local deu provimento ao recurso, pois considerou o termo inicial do prazo prescricional o trânsito em julgado para ambas as partes.

O Supremo Tribunal Federal reputou constitucional a questão (termo inicial para a contagem da prescrição executória) e reconheceu sua repercussão geral. Entretanto, não houve determinação de paralisação de processos sob tramitação, e o *leading case* (ARE n. 848107/DF, da relatoria do Ministro Dias Toffoli), apesar de incluído no calendário para julgamento no dia 8/5/2019, foi excluído da pauta por decisão do Presidente da Corte.

A solução da controvérsia **não é uníssona**. Entretanto, no âmbito infraconstitucional, enquanto não modificada, ou não, a interpretação do art. 112, I, do CP à luz do art. 5º, II e LVII, da CF, prevalece neste Superior Tribunal o entendimento de que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional da pretensão executória é **o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação**. Confira-se:

De acordo com a literalidade do artigo 112, inciso I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação. Precedentes do STJ.

[...]

(AgRg no RCD na PET no HC n. 449.842/SP, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 10/10/2018).

A prescrição é verdadeira penalidade ante o desinteresse no exercício da pretensão. À época da condenação do paciente, o Estado não determinava o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da condenação para ambas as partes, mas, mesmo assim, o legislador optou por não fazer mudanças na redação do art. 122, I, do CP. Assim, em matéria penal, é incabível a interpretação contrária ao réu, sem declaração de inconstitucionalidade do dispositivo. No âmbito infraconstitucional, prevalece o postulado da estrita legalidade (v.g.: **RHC n. 89.948/RS**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 25/6/2019; AgRg no **RHC n. 107.738/SE**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 23/5/2019; **EDcl no AgRg no REsp n. 1.706.916/MG**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 29/4/2019).

In casu, o paciente foi condenado a 3 meses de detenção e, conforme destacado pelo Juízo das execuções, **o trânsito em julgado para a**

Superior Tribunal de Justiça

acusação deu-se em 26/5/2014, de modo que até a prolação da decisão extintiva da punibilidade, já havia transcorrido mais de três anos.

À vista do exposto, concedo a ordem para, confirmada a liminar deferida, declarar extinta a punibilidade do paciente pela prescrição executória.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

